



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005512-39.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Obrigações**  
 Requerente: **Antonio Letício & Cia. Ltda. Me**  
 Requerido: **Terroni Equipamentos Científicos Indústria e Comércio Ltda Epp e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Antonio Letício & Cia. Ltda. ME propôs a presente ação contra os réus Terroni Equipamentos Científicos Indústria e Comércio Ltda. EPP, José Carlos Terroni e Júlio Cesar Terroni, requerendo a condenação destes no pagamento da quantia de R\$ 22.948,88, originados pela prestação de serviços mecânicos em veículos.

Os réus, em contestação de folhas 97/110, suscitaram preliminares de prescrição, de falta de interesse e de coisa julgada material. No mérito, requereram a improcedência do pedido.

Réplica de folhas 129/134.

Em nova manifestação de folhas 137, a autora colacionou outros documentos (folhas 138/139).

Despacho de folhas 140 determinou que os réus se manifestassem acerca da petição e documentos, tendo-o feito às folhas 143/146.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide nos termos do artigo 355, I, do Código de Processo Civil.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

De início, afasto a preliminar de prescrição, tendo em vista que, nos termos do artigo 206, §5º, do Código de Processo Civil, prescreve em cinco anos a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.

Afasto, ainda, a preliminar de falta de interesse processual porque é matéria de mérito.

Afasto, finalmente, a preliminar de coisa julgada, tendo em vista que o venerando Acórdão colacionado às folhas 61/65 tão somente declarou a inexigibilidade do título cartular, apreciando a validade ou não da duplicata mercantil sem aceite da suposta sacada e sem documento hábil comprobatório da causa debendi, desatendendo formalidades essenciais para a lavratura do ato registrário perseguido e em má hora formalizado (**confira folhas 65**).

Não conheço do documento colacionado pela autora às folhas 138/139, pois não se trata de documento novo e deveria ter instruído a inicial. Inteligência do artigo 434 do Código de Processo Civil.

No mérito, aduz a autora que desde o início do ano de 2011 prestava serviços aos réus, no conserto e troca de peças automotivas de seus veículos. Como de costume, após a realização dos serviços mecânicos, a autora emitia duplicata em nome da empresa ré, por indicação, a pedido dos sócios. Todavia, os últimos serviços não foram pagos pelos réus, levando a autora a protestar uma das três duplicatas.

Sustenta a autora que os réus reconheceram na ação cautelar de sustação de protesto por eles ajuizada, que são devidas as notas fiscais de nº 3956, 3957, 3958 e 3959 em nome da ré, pois se tratam do conserto do veículo Silverado, de propriedade da empresa, totalizando o valor de R\$ 5.476,10. Assim, tornam-se devidas as notas fiscais de nº 17193 e 17194, uma vez que se tratam de serviços realizados no mesmo veículo, no valor de R\$ 4.003,00, totalizando a quantia de R\$ 9.479,10. Também alega que os réus



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

reconheceram na inicial da ação cautelar os serviços discriminados nas notas fiscais 3960, 3961 e 17194, no valor de R\$ 1.547,00, correspondente a serviços efetuados nos veículos Ômega e "Honda Civic" pertencentes aos réus Júlio César Terroni e José Carlos Terroni.

De fato, na petição inicial da ação cautelar, os réus alegaram que "as notas fiscais de venda de nº 3956, 3957, 3958 e 3959 referem-se ao veículo Silverado, que conforme cópia Certificado de Registro de Veículo (doc. nº 14) realmente pertence à autora" (**confira folhas 24, quarto parágrafo**).

Mais à frente, prosseguem os réus, alegando: "Contudo, a nota fiscal de nº 3960, faz referência aos veículos Ômega, Opala e Hyundai (...) Em se tratando dos veículos Ômega e Honda Civic, os mesmos pertencem aos sócios Júlio César Terroni (doc. nº 15) e José Carlos Terroni (doc. nº 16), pessoas físicas, capazes, que não se confundem com a empresa, portanto, não devendo em hipótese nenhuma ser faturadas para a pessoa jurídica da qual são sócios, vez que a Pessoa Jurídica obedece escrituração obrigatória (...) Em se tratando dos veículos Opala e Hyundai estes não pertencem à autora, nem a sócio, sendo totalmente desconhecida a sua propriedade ou origem (...) Em face das Notas Fiscais de Prestação de Serviços, as mesmas considerações devem ser entendidas em relação a cada veículo anotado" (**confira folhas 24, quinto parágrafo**).

Não se discute, nestes autos, a validade da duplicata emitida, mas, sim, a efetiva prestação dos serviços por parte da autora.

E, nesse ponto, a própria confissão ficta dos réus, por ocasião do ajuizamento da inicial da ação cautelar, não deixa dúvidas de que, de fato, os serviços foram realizados pela autora, a qual utilizou-se de título de crédito incorreto e também confundiu as pessoas dos sócios com a pessoa jurídica corré.

De outra banda, com relação ao conserto dos veículos Opala, Hyundai e Furgão Fiorino, embora não tenha sido admitido pelos réus por ocasião da propositura da ação cautelar, referido serviços encontram-se inseridos no mesmo orçamento relacionado ao veículo Ômega, pertencente a um dos corréus (**confira folhas 31**).


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**4ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Não é crível que o mesmo funcionário, Vicente José Marquetti, que assinou o orçamento autorizando o conserto do veículo Ômega, pertencente a um dos corréus, não estivesse representando a empresa ré ou qualquer um dos corréus para o conserto dos veículos Opala, Hyundai e Fiorino Furgão no mesmo orçamento (**confira folhas 31**).

Os réus admitiram em contestação destes autos que o senhor Vicente José Marquetti era seu preposto (**confira folhas 110**), porém que ele não era apto para assinar qualquer documento. Todavia, como já dito, o mesmo preposto que assinou os orçamentos dos veículos pertencentes aos réus, também assinou os orçamentos relacionados aos veículos Opala, Hyundai e Fiorino (**confira folhas 31**), presumindo-se, que, na verdade, todos os serviços constantes nos orçamentos e respectivas notas fiscais foram prestados aos réus, razão pela qual de rigor a procedência do pedido.

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para o fim de condenar os réus, solidariamente, a pagar à autora a quantia de R\$ 22.948,88, atualizada desde a distribuição e acrescida de juros de mora a partir da citação. Sucumbentes, condeno os réus, solidariamente, no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 15% do valor da condenação, ante o bom trabalho realizado nos autos.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 27 de julho de 2016.

**Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**